



Crítica de uma morte anunciada: contribuições da TMD à análise da estratégia nacional-democrática e democrática-popular

Mirella Rocha¹

Resumo

Essa reflexão busca trazer as contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e especialmente de Ruy Mauro Marini, à crítica da Estratégia Nacional-Democrática, tendo em vista retomar a dialética do desenvolvimento capitalista dependente para pensar o Brasil do cenário contemporâneo, as contradições da Estratégia Democrática e Popular e a Revolução Brasileira. Em nossa hipótese, as análises tecidas no arcabouço teórico-político da TMD, desvendaram a morte anunciada da Estratégia Nacional-Democrática de sua época, ao expressar sua crítica – que residia na incompreensão do caráter capitalista da economia brasileira, ainda que dependente –, além de informar a Estratégia Democrática Popular e defender a via da Estratégia Socialista Revolucionária, portanto sem lugar para o reformismo e a conciliação de classes.

Palavras chave: Estratégia nacional-democrática, Teoria Marxista da Dependência, Brasil.

Crítica de una muerte anunciada: las contribuciones de TMD al análisis de la estrategia nacional-democrática y democrática-popular

Resumen

Esta reflexión busca llevar las contribuciones de la Teoría de la dependencia marxista (TMD) y especialmente de Ruy Mauro Marini, a la crítica de la Estrategia democrática nacional, con el objetivo de volver a la dialéctica del desarrollo capitalista dependiente para pensar el Brasil contemporáneo, las contradicciones de la Estrategia democrática y popular y la Revolución Brasileña. En nuestra hipótesis, los análisis realizados en el marco teórico y político de la TMD, revelaron la muerte anunciada de la Estrategia Nacional Democrática de su tiempo, con sus críticas, que residían en el malentendido del carácter capitalista de la economía brasileña, aunque dependiente, además de informar a la Estrategia Democrática Popular y defendier el camino de la Estrategia Socialista Revolucionaria, sin lugar para el reformismo y la conciliación de clases.

Palabras-clave: Estrategia nacional democrática, Teoría Marxista de la Dependencia, Brasil.

¹ Professora na Escola de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Criticism of an announced death: TMD's contributions to the analysis of the national-democratic and democratic-popular strategy

Summary

This reflection seeks to bring the contributions of the Marxist Theory of Dependence (TMD) and especially of Ruy Mauro Marini, to the critique of the National Democratic Strategy, in order to return to the dialectic of dependent capitalist development to think Brazil of the contemporary scenario, the contradictions of Democratic and Popular Strategy and the Brazilian Revolution. In our hypothesis, the analyses woven into TMD's theoretical-political framework, unveiled the announced death of the National Democratic Strategy of his time, by expressing his criticism - which resided in the misunderstanding of the capitalist character of the Brazilian economy, albeit dependent -, besides of informing the Popular Democratic Strategy and defending the way of the Revolutionary Socialist Strategy, therefore without place for reformism and class conciliation.

Key words: Democratic national strategy, Marxist theory of dependency, Brazil.

Introdução

*“No dia em que iam mata-lo,
Santiago Nasar levantou-se às 5 e 30 da manhã
para esperar o barco em que chegava o bispo.”*

[Gabriel Garcia Márquez]

Como na novela “Crônica de uma morte anunciada”, do escritor colombiano Gabriel García Márquez, a qual se inicia em *últimas rés* – ou seja, é sabido de partida que o assassinato já ocorreu –, também conhecemos, na contemporaneidade, o trágico desfecho da Estratégia Nacional-Democrática no processo histórico de construção da Revolução Brasileira.

Do mesmo modo que o narrador da referida novela, porém, pretende-se aqui voltar um pouco na história, com o intuito de tentar “recompor o espelho quebrado da memória” (MÁRQUEZ, 2006 [1981], p. 13), tendo em vista refletir sobre o desfecho que a história próxima nos guarda, no que se refere à Estratégia Democrática Popular no tempo histórico presente². Teríamos realmente chegado ao fim do ciclo dessa Estratégia com o Golpe de 2016?

² Parte-se do acúmulo teórico-político advindo do Grupo de Estudos “Inventário da Estratégia Democrática e Popular” – desenvolvido na UFRJ, do qual participamos entre 2013 e 2014 –, e cuja síntese pode ser encontrada em Martins *et al* (2014). Nesse texto, os autores inferem que em cada ciclo histórico é possível observar a prevalência de determinada estratégia política da classe trabalhadora, ou seja, “é possível encontrar, em cada ciclo histórico, certas composições ou configurações estratégicas que pautam todas as demais posições sobre o assunto em uma época dada em certa formação social”. Desse modo, independentemente do posicionamento político das organizações e sujeitos históricos, “quer sejam favoráveis, quer sejam contrárias a estas configurações-chave, todas as demais posições são forçadas a se situar em relação a estas” (MARTINS et al., 2014, p. 358). Os autores afirmam que a noção de ciclo histórico remete à ideia de fluxo e refluxo da agenda da classe trabalhadora enquanto sujeito político e seu esgotamento enquanto alternativa. Nesse diapasão, defendem que no Brasil é nítida a existência de dois grandes ciclos. O primeiro encabeçado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi marca-

A TMD pode nos ajudar a responder essa questão?

A abordagem teórico-política de nossa análise navega pelas contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD) e especialmente de Ruy Mauro Marini, o qual em nossa hipótese formulou um arsenal categorial e político crítico à Estratégia Nacional-Democrática, o qual já pautava a Estratégia Socialista Revolucionária como única saída para o labirinto dado pela dialética do desenvolvimento capitalista dependente.

Crítica de uma Morte Anunciada: Contribuições da Tmd à Análise da Estratégia Nacional-Democrática e Democrática-Popular

“Alguém que nunca foi identificado tinha metido por baixo da porta
um papel dentro de um sobrescrito, no qual Santiago Nasar
era avisado de que estavam à sua espera para mata-lo,
e lhe revelavam além disso o lugar e os motivos,
e outros pormenores bastante precisos de confabulação.
A mensagem estava caída no chão quando Santiago Nasar saiu de casa,
mas ele não a viu, nem a viu Divina Flor, nem a viu ninguém até
muito depois de o crime ser consumado.”

[Gabriel Garcia Márquez]

A TMD surgiu por iniciativa de um grupo de militantes e intelectuais, alguns deles atuaram junto à Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) no Brasil e, após o exílio no Chile, na década de 1960, militaram no Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR). O ponto de convergência de todo o grupo foram as análises que teceram em embate tanto com as teses dos Partidos Comunistas, quanto com a ideologia desenvolvimentista presente nas análises da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL).

Referidas análises germinaram a partir do Grupo de Pesquisa sobre as Relações de Dependência na América Latina, o qual desde 1968 se estabeleceu no âmbito do Centro de Estudos Socioeconômicos (CESO), quando do exílio desses intelectuais no Chile, sob a condução de Theotônio dos Santos e cujo objetivo, segundo Vânia Bambirra (2012 [1970]), era contribuir com o esforço que uma parte dos cientistas sociais do continente empreendiam na época, no sentido de superar o pensamento desenvolvimentista. A autora afirma que o cumprimento da tarefa correspondia a duas ordens de necessidades, quais sejam: tratava-se de compreender o caráter e as contradições do capitalismo dependente na fase de integração

do pela Estratégia Nacional-Democrática (END); o segundo, capitaneado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), é marcado pela Estratégia Democrática-Popular (EDP). Aprofundamento pode ser encontrado em Iasi (2019).

monopólica mundial, bem como “oferecer elementos para a reorientação da concepção estratégico-tática que guiava os movimentos revolucionários, o que se fazia imprescindível frente aos duros reveses sofridos por esses movimentos, que se deviam em parte aos seus equivocados pressupostos programáticos”. (BAMBIRRA, 2012 [1970], p. 28)

Ao referenciar o surgimento da TMD na relação com os Partidos Comunistas e a CEPAL, Marini esclarece que o embate principal era estratégico-político, em seus termos:

Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que a vêem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da CEPAL, *a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a ‘nova esquerda’* [em nota de Rodapé: refere-se à corrente marxista-leninista de interpretação sobre o caráter histórico do desenvolvimento capitalista latino-americano] – particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru – *elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas*. A CEPAL só se converteu também em alvo na medida em que os comunistas, que se haviam dedicado mais à história que à economia e à sociologia, se apoiaram nas teses cepalinas da deterioração das relações de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, para sustentar o princípio da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e antifeudal, que eles haviam herdado da Terceira Internacional. (MARINI, 2005 [1990], p. 66-67 - grifo nosso)

Fato é que foi ocorrendo uma reorientação da estratégia política do PCB, muito evidente no documento que ficou conhecido como “Declaração de Março de 1958”³, a partir do qual o Partido passou a priorizar uma atuação dentro dos marcos da legalidade, e uma via que optava pela modernização e democratização do capitalismo no Brasil, por meio de uma frente única nacionalista e democrática.

Na leitura colocada no documento, o capitalismo industrial em desenvolvimento no país continha traços de um progresso que corresponderia aos interesses da classe trabalhadora

³ Cabe referenciar que essa linha política já se esboçava anteriormente. O PCB deu um passo na direção do trabalhismo nacionalista já em 1943, quando reunido no “Congresso da Mantiqueira” o Partido aprovou uma política de união nacional em torno de Getúlio Vargas, apoiando inclusive a campanha queremista de 1945. O IV Congresso do PCB realizado em novembro de 1954 viria consolidar tal posição, segundo Chilcote (1982): “A política do PCB dera uma guinada à direita: de uma postura militante, em 1950, a uma estratégia de reformas graduais quatro anos mais tarde, e isto ficava evidente em diversas comparações. Em primeiro lugar, enquanto em 1950 o partido exigia o confisco indiscriminado de todas as ‘grandes’ propriedades rurais, em 1954 insistia apenas na redistribuição da propriedade latifundiária, excluindo a propriedade daqueles que apoiavam a frente pela libertação nacional. Além disso, a burguesia nacional – ignorada em 1950 – merecia um papel importante na formação da frente anti-imperialista em 1954. O programa de 1954 refletia o abandono das exigências revolucionárias, uma tendência particularmente efetiva a partir de 1952, quando os líderes operários do PCB começaram a colaborar com os sindicatos oficialmente estabelecidos. Finalmente, em 1954 o PCB adotou a velha linha de preparar-se para a participação eleitoral e foi até o ponto de tentar o registro legal no Tribunal Superior Eleitoral”. (CHILCOTE, 1982, p. 114)

e do povo em geral, que sofreria com o “atraso” das estruturas socioeconômicas do país. Tal “atraso” seria proveniente das “sobrevivências feudais” na agricultura, as quais obstaculizariam o progresso da agricultura, ademais de se constituírem “um dos fatores que acentuam a extrema desigualdade de desenvolvimento das diferentes regiões do país, especialmente entre o sul e parte do leste, que se industrializam, e o resto do país, quase inteiramente agrário”. (PCB, 1958)

O Partido reconhecia que a luta pelo desenvolvimento independente e progressista no país era tarefa para uma frente única, a qual abarcaria os setores que se opunham ao “inimigo principal da nação brasileira”: o imperialismo estadunidense. A heterogeneidade de classe da frente era assumida e inclusive se reconheciam os interesses contraditórios, porém a tônica do documento conclamava a convergência de interesses: “o proletariado e a burguesia se aliam em torno do objetivo comum de lutar por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano. *Embora explorado pela burguesia, é do interesse do proletariado aliar-se a ela, uma vez que sofre mais do atraso do país e da exploração imperialista do que do desenvolvimento capitalista*”. (PCB, 1958, grifo nosso)

De acordo com análise de Dos Santos (2015 [2000]), essa problemática alcançou o seu auge nas décadas de 1950 e 1960, especialmente em virtude da questão do capital internacional e do papel do imperialismo. Em princípio a revolução democrática requerida, se desdobrava em enfoques distintos: desde aqueles que afirmavam que a revolução democrático-burguesa deveria ser dirigida pela burguesia nacional, àqueles que diziam que o movimento operário e o movimento camponês deveriam assumir a liderança dessa revolução burguesa, seja empurrando a burguesia, seja assumindo diretamente as tarefas da revolução. O tema era complexo, segundo o mestre, posto que a revolução democrática burguesa deveria ser uma revolução nacional e democrática, isto é, “para afirmar-se ela tinha de conter o papel do imperialismo como força sustentadora dos setores exportadores oligárquicos e anti-industriais”. (DOS SANTOS, 2015 [2000], p. 77)

Notamos que o imperialismo aparecia na estratégia como um fenômeno externo, como um *malvado Tio Sam* que manipula marionetes – conforme caracterizou Ruy Mauro Marini no Prefácio da 5. ed. de “Subdesenvolvimento e Revolução” – dado que, segundo Marini (2012 [1974]), se traduz em impotência para a análise política e a estratégia de luta no país, posto que “para lutar contra o imperialismo é indispensável entender que não se trata de um fator externo à sociedade nacional latino-americana, mas, pelo contrário, *forma o terreno no qual esta sociedade finca suas raízes e constitui um elemento que a permeia em todos seus aspectos*”. (MARINI, 2012 [1974])

A Estratégia Nacional Democrática consistia em combater esse imperialismo que aparecia como *malvado Tio Sam*, bem como extirpar os “restos feudais”. Ambos – o “antigo regime” e o imperialismo desde fora – representavam entraves para o desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro, de modo que seria preciso recorrer à aliança com a “burguesia nacional”, em busca de acelerar o desenvolvimento capitalista e criar as bases para a segunda etapa, isto é, a revolução socialista.

Caio Prado Jr. criticou esse expediente em *A Revolução Brasileira* (2004 [1966]) denunciando aí o movimento que parte da teoria e posteriormente intenta enquadrar a realidade nela – prática que se tornou corriqueira na análise da realidade promovida pelo marxismo brasileiro, colonizado pelos manuais soviéticos da década de 1950. Caio Prado se referia sobretudo às supracitadas interpretações do PCB, que fundamentavam a Estratégia Nacional-Democrática⁴. No Brasil, a crítica devastadora de Caio Prado ao apriorismo metodológico, que partia da teoria ao fato concreto e promovia assim uma “teorização às avessas”⁵, reforçou uma tendência crítica e autônoma intelectualmente dentro do próprio partido⁶. Correntes contrárias a esta forma de análise (a qual conseqüentemente promovia uma ação política também desencontrada em relação à realidade) começaram a questionar postulados como a presença de resquícios feudais no Brasil e a dualidade entre uma burguesia comercial ou compradora e uma burguesia nacional ou desenvolvimentista.

É nessa crítica de Caio Prado Jr., porém, que identificamos um germe que

⁴ Cabe salientar que essa forma constituiu o caldo ídeo-cultural do referido tempo histórico, expresso na apropriação do marxismo que se espalhou em toda a América Latina. Nesse sentido, Aricó (1983) comenta que “el marxismo fue en América Latina, salvo muy escasas excepciones, una réplica empobrecida de esa ideología del desarrollo y de la modernización canonizada como marxista por la Segunda y la Tercera Internacional”. (ARICÓ, 1983, p. 48)

⁵ “Os primórdios daquela teorização às avessas que vai dos conceitos aos fatos, e não inversamente desses fatos aos conceitos, datam já de algumas dezenas de anos. Mas até hoje pesam ainda consideravelmente na maneira como se interpreta a realidade econômica, social e política brasileira. (...) Uma coisa seria assinalar semelhanças entre o ocorrido nos países da Europa e em outros lugares. E na base dessa observação proceder à interpretação da evolução histórica de outros países e povos, inspirando-se em conceitos já elaborados à luz do exemplo europeu. Nunca esquecendo, contudo, que se tratava de simples semelhança, e que qualquer conclusão deveria cingir-se aos limites dessa semelhança. Coisa bem diferente, logo se vê, é partir como se fez no caso da interpretação da evolução brasileira, da presunção, admitida a priori, de que os fatos históricos ocorridos na Europa *constituam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também*. Essa maneira de abordar a consideração dos fatos históricos, escusado dizê-lo, é inteiramente descabida. E parece ressuscitar velhas concepções obsoletas que realmente causa espanto encontrar em análises que se reputam marxistas ou inspiradas no marxismo”. (PRADO JR., 2004 [1966], p. 29 e ss. - grifo nosso)

⁶ No debate interno do Partido, cabe pontuar que o V Congresso do PCB, realizado em 1960, teve colocado no debate um conjunto de teses elaboradas por Sebastião Dantas e Luiz Felipe Perdigão, militantes do partido e militares da Aeronáutica no período. Essas teses – que segundo os mesmos, se apresentaram em “reuniões infrutíferas” –, foram posteriormente reunidas e publicadas por eles sob o pseudônimo de Marcos Peri, no ano de 1962, sob o título “Perspectivas da Revolução Brasileira – Para onde vai o proletariado? Reforma ou Revolução?”. (LEAL, 2013 [1992])

posteriormente deriva na Estratégia Democrática Popular – a qual viria a se popularizar no período seguinte, na nau capitaneada pelo Partido dos Trabalhadores, a partir dos anos 1980 – quando da formulação do programa político da Estratégia e, mais fortemente a partir de 2003, quando da sua realização.

Prado Jr. (2004 [1966]) faz a crítica às teses do Partidão e retoma a análise da particularidade da formação histórica brasileira, dada pelo passado colonial, isto é, para uma organização que ao produzir para fora, dissocia produção e consumo. A partir da análise das deficiências históricas, sugere que é preciso reorganizar e reorientar a economia, tendo em vista combater os *vícios orgânicos* da nossa estrutura econômica e social:

É isso que nos falta, e é por aí, em consequência, que se há de essencialmente atacar a reforma do sistema a fim de impulsionar o seu funcionamento no sentido de um *desenvolvimento geral e sustentado*. É do aumento da demanda solvável, e sua articulação com as necessidades gerais e fundamentais do país e de sua população, que se há de partir para o incentivo às atividades produtivas que em seguida incentivarão a demanda. Não é possível, repetindo o ocorrido no desenvolvimento capitalista originário, ir em sentido contrário, isto é, da produção para o consumo e a demanda. (PRADO JR., 2004 [1966], p. 164 - grifo nosso)

Tendo em vista a vinculação da burguesia interna com o imperialismo, bem como uma conjuntura na qual supostamente não havia condições para pautar o socialismo, nosso autor pressupõe uma aliança camponesa-operário-setores médios, sob a liderança dos primeiros, no sentido de que as demandas populares pudessem pautar a economia e a política, de modo a impulsionar e gerir os bens-salários na direção de “um país e sua população voltados essencialmente para si mesmos, e organizados econômica, social e politicamente em função de suas próprias necessidades, interesses e aspirações”. (PRADO JR., 2004 [1966], p. 134)

Aparece nessa análise um Estado que figura como agente transformador, e também é reconhecido o importante papel da iniciativa privada versus a *livre* iniciativa privada, que deveria ser regulada, ao final “num país assim não há motivo para desprezar a iniciativa privada que representa ainda, sem dúvida, um poderoso fator de propulsão das atividades econômicas perfeitamente suscetível de se enquadrar no novo sistema econômico proposto, sem introduzir nele perturbações excessivas”. (PRADO JR., 2004 [1966], p. 165)

Florestan Fernandes, ao tecer a crítica ao desfecho da análise caiopradiana, vai dizer que a mesma não comporta uma substância socialista, apenas uma intenção, posto que “o programa proposto seria perfeitamente exequível por uma burguesia nacional bastante autônoma, inteligente e criadora para combinar, em bases puramente capitalistas, alguma sorte

de *welfare state* com crescimento econômico acelerado”. (FERNANDES, 2011 [1968], p. 129).

No entanto, em outro ensaio publicado dez anos depois, ainda no contexto do ciclo ditatorial mas já na fronteira dos anos 1980 – que anuncia as lutas populares pelo fim dos anos de chumbo –, Fernandes (2011 [1979]) infere que a forma política democracia não está condenada, ao contrário, tendo em vista o Estado autocrático burguês, quem repõem a questão da democracia na cena histórica são as massas populares, nos colocando diante de uma típica “revolução dentro da ordem”, que ao realizar as tarefas em atraso da revolução burguesa, poderia parir uma possível república popular:

A revolução democrática põe-se como alternativa histórica – *para todos*, dos “miseráveis da terra” aos trabalhadores semilivres e aos setores de ponta do proletariado. O que equivale a dizer que a revolução democrática se configura, nesta etapa, como sendo para “toda a sociedade”, inclusive para avaliar a burguesia de um fardo que ela não soube como enfrentar – a condução da revolução nacional – e para libertar a Nação da tutela imperialista, quebrando as últimas cadeias coloniais. (FERNANDES, 2011 [1979], p. 232)

Percebe-se que ambos os autores tecem um esforço crítico no sentido de superar as análises acerca da formação social do Brasil e sua expressão política na Estratégia Democrática-Nacional e acabam caindo nas mesmas armadilhas, as quais servem, posteriormente, como fundamento teórico da Estratégia Democrática Popular.

Segundo Marques (2015) a Estratégia Democrática Popular vai adquirir essa nomenclatura a partir do 5º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores (1987) e seu sentido pode ser definido “na perspectiva de construção de uma estratégia *democrática, popular e anti-imperialista* hegemônica pelos trabalhadores, através de duas ações concomitantes: a atuação de massas no âmbito das ruas e a ocupação de cargos da administração pública no interior do Estado”. Desse modo, a Revolução seria “democrática porque propunha um desenvolvimento e socialização da economia nacional para todos aqueles prejudicados pelas características atrasadas do capitalismo brasileiro”; e “popular, por aglutinar em aliança os trabalhadores e seus aliados afetados pelos grupos monopólicos – a pequena burguesia ou uma pseudo-burguesia vinculada ao capital produtivo”. (MARQUES, 2015, p. 20)

O que há de comum nas análises acerca da formação social brasileira, as quais desembocam em períodos e ciclos históricos distintos, em Estratégias aparentemente distintas, e ao mesmo tempo tão similares?

Nos parece que no cerne das reflexões sobre a particularidade do capitalismo no país as análises referenciadas elegem *o atraso como elemento fundante para a explicação de nossa realidade*. O “atraso” que aparece como persistência de supostos “elementos feudais”, na análise do PCB, reaparece como “vício orgânico de nossa estrutura econômica-social” em Caio Prado, e depois aparece em Florestan, como a persistência do passado, a obstaculizar a emergência da ordem social competitiva, pois em sua análise: “as funções sociais construtivas do regime de classes são profundamente afetadas pelo grau de coesão e de continuidade das formações sociais anteriores à emergência e à consolidação do capitalismo” (FERNANDES, 2008 [1968], p. 73).

Temos que os dois últimos, ao criticar o dualismo das análises teóricas e sua expressão político-estratégica no período anterior, acabam por comprovar a permanência de *uma certa sensação de dualidade que impregnaria a vida mental numa nação periférica* – como analisa Paulo Arantes (1992).

Na análise do filósofo, a dialética que nossas ciências sociais desenvolveu para rebater o dualismo, também percorreu um caminho que buscava nossa chave interpretativa partindo da experiência de constituição da Europa moderna e seu anexo norte-americano – dado que acabava por revelar *que não éramos o que deveríamos ser*. O método consistia em desenvolver identificações e dissociações concomitantes, sempre em relação ao *movimento universal das ideias*, de modo que assim o universal parece ter existência real e como se não bastasse, não cumpre o que promete.

Assim, com o intento de fazer a crítica ao velho dualismo, Paulo Arantes nos diz que acabou ocorrendo *um caso curioso de linhas cruzadas*: à medida em que a sociologia brasileira ia desfazendo aquele equívoco, ia renovando e apurando aquela mesma visão, de modo que *persistia a impressão de dualidade que o país não cessava de renovar*, ou pode-se dizer que estava instituída a “dualidade sem dualismo” – era esse o traço peculiar da nossa formação, o que definia os vetores básicos da experiência brasileira. “Uma dialética inconclusiva, portanto, que não parece ter fim, acomodando os campos opostos num sistema de equivalências e contaminações recíprocas. Como não deixar de ver que esta dialética nos devolve ao coração da dualidade brasileira?” (ARANTES, 1992, p. 44)

A explicação de tudo no marco das dualidades – sejam contrapostas ou imbricadas de modo complexo – acaba por corroborar com a ideia de um Brasil inacabado, isto é, de um capitalismo coxo, cuja formação à europeia insistiu em não se completar, em virtude da persistência do atraso ou do passado, a obstaculizar nossa modernização capitalista.

Em nossa hipótese, as análises tecidas no arcabouço teórico-político da TMD, bem

como da POLOP, nos anos anteriores, vêm na contramarcha dessa tendência, ao passo que deixam nus os fundamentos da Estratégia Nacional-Democrática de sua época, expressando sua crítica – que residia na incompreensão do caráter capitalista da economia brasileira, ainda que dependente –, além de informar a Estratégia Democrática Popular e defender a via da Estratégia Socialista Revolucionária.

Importa ressaltar que a POLOP se distinguiu da maioria das organizações de esquerda existente nos anos 1960, de acordo com Marcelo Badaró Mattos (2002) especialmente pela sua defesa intransigente do caráter socialista da Revolução Brasileira, em contraposição à “colaboração de classes” que compunha a Estratégia Nacional-Democrática, capitaneada pelo PCB. Para a POLOP a caracterização da formação social brasileira como capitalista era inegável, bem como a necessidade da ruptura no processo revolucionário e a fórmula de uma “Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo”, na contramarcha do reformismo que imperava no período. (MATTOS, 2002)

Mattos (2002) também pontua a importância da POLOP na construção do pensamento dependentista. Segundo o autor, a Política Operária – a qual tinha em seus quadros Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos – foi responsável pelo surgimento de *novos parâmetros para a análise da realidade brasileira*. Tais parâmetros se mostrariam presentes, no cenário acadêmico nacional, nas formulações da TMD, particularmente a partir da reunião desses intelectuais e outros – à exemplo de Andre Gunder Frank – na Universidade de Brasília (UNB) no início dos anos 1960⁷.

É importante reafirmar a relação orgânica dos intelectuais da TMD com a POLOP, isto é o esforço de pensar a realidade com o objetivo de transformá-la. A práxis política se apresentou como principal elemento impulsionador da intelectualidade criadora da TMD, perceptível tanto na contribuição de Vânia Bambirra, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos para a conformação do programa político da organização, quanto na produção intelectual dos autores sobre a realidade brasileira e latino-americana. Portanto, é possível

⁷ Em artigo sobre o papel da UNB na formulação da TMD, Roso e Seabra (2016) trazem depoimentos de Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. O primeiro coloca a importância da Universidade, afirmando que: “na Universidade de Brasília, o grupo [Frank, Marini, Bambirra e Dos Santos] se desenvolve em conjunto e depois vamos nos reencontrar no Chile com o André outra vez e dar continuidade ao tipo de problemática que a gente já desenvolvia aqui”; e a segunda reconhece a Universidade como parte do processo inicial, mas chama a atenção para a POLOP no debate da nova esquerda e o desenvolvimento posterior no Chile: “E a gente então começou, era um grupo grande, era muita gente envolvida... nós começamos [a estudar *O Capital*]... Fomos interrompidos pelo golpe... A ideia da teoria da dependência não tinha desabrochado. Claro que nas teses da POLOP já havia, já se percebia, já estava anotado que as burguesias nacionais eram vinculadas ao imperialismo, a ideia da classe dominante dominada, que a gente vai desenvolver depois no Chile... Eu me lembro que você me perguntou pelo telefone... se por acaso a teoria da dependência tinha surgido na UnB. Eu digo que não, que realmente ela desabrochou, a equipe mesmo... foi composta na Faculdade de Economia da Universidade do Chile e no Centro de Estudios Socio-Económico (CESO)”. (DAL ROSSO; SEABRA, 2016)

afirmar que a tarefa de influenciar o movimento operário através da formulação de políticas concretas dentro de uma Estratégia Socialista Revolucionária em contraposição ao desenvolvimentismo reformista foi a principal mola propulsora da TMD⁸. (BICHIR, 2012)

No debate com o reformismo desenvolvimentista expresso na Estratégia Nacional-Democrática, Marini (2005 [1990]) defende que a ‘nova esquerda’ caracterizava a revolução como, simultaneamente, anti-imperialista e socialista, *rechaçando a ideia do predomínio de relações feudais no campo e negando à burguesia latino-americana capacidade para dirigir a luta anti-imperialista*. Na “Carta aberta ao PCB”, publicada no número 7 da Revista Política Operária, no ano de 1963, a POLOP convocava o Partido a rever suas posições no quadro do aguçamento das lutas de classe:

Companheiros, a situação que atravessamos exige, mais do que nunca, uma tomada de consciência de nossas responsabilidades e de nossos deveres para com a massa trabalhadora do país. [...] Não insistiremos aqui na nossa divergência em relação às possibilidades da burguesia nacional para engajar-se em uma política anti-imperialista e anti-feudal. Frisamos sempre que os compromissos da burguesia brasileira com o imperialismo e o latifúndio, decorrentes do próprio processo de sua formação histórica, a incapacitam para isso enquanto classe. [...] Diante disso que nos resta fazer? A resposta é clara: *se a esquerda pretende sobreviver, e se pretende levar adiante sua missão histórica, terá que renunciar a qualquer veleidade de aliança com a burguesia, terá que partir para uma política revolucionária*. (POLOP, 1963 apud LEAL, 2013 [1992], p. 66 - grifo nosso)

Convergindo na mesma direção política, os aportes da TMD argumentavam que os “restos feudais” que figuravam na análise do PCB, não correspondiam a uma realidade que já era capitalista desde o momento mesmo de sua integração ao mercado mundial⁹. Na essência

⁸ Razão pela qual, após a intervenção militar no Brasil, foi na militância política no Chile naquele momento de convulsão social e política, que esta corrente germinou no período posterior: “a partir de 1968, concomitantemente à generalização dos golpes militares e ao avanço da repressão no continente, a intelectualidade de esquerda começa a convergir para o Chile, que conservava intacto seu regime democrático e que acaba por converter-se no *locus* privilegiado de elaboração da nova teoria. (MARINI, 1992, p. 88)

⁹ Estamos convictos que não houve na América Latina nada parecido com feudalismo, na justa medida em que o sistema capitalista, compreendido em escala mundial, desde o germe da acumulação primitiva, em sua forma ‘capital mercantil’ no século XVI, organizou o mundo a partir da expansão europeia e suas necessidades, relegando papéis distintos e complementares aos territórios mundiais. Para Bagu (1949): “Pero hay un hecho indudable. Las colonias hispano-lusas de América *no surgieron a la vida para repetir el ciclo feudal, sino para integrarse en el nuevo ciclo capitalista que se inauguraba en el mundo*. Fueron descubiertas y conquistadas como un episodio más en un vasto período de expansión del *capital comercial europeo*. Su régimen económico colonial fué organizado con miras al robustecimiento de las economías metropolitanas y al mercado colonial. Muy pocos lustros después de iniciada su historia propiamente colonial, la orientación que van tomando sus explotaciones mineras y sus cultivos agrícolas descubren a las claras que responden a los intereses predominantes entonces en los grandes centros comerciales del viejo mundo. Con todo, no podemos dejar de advertir en la estructuración económico-social de nuestra América una *conmixtión de factores, de características aparentemente contrapues-*

de sua suposta fachada feudal, o sistema colonial cumpria uma função capitalista à medida que produzia para o mercado, em especial o mercado metropolitano. Assim, o que se identificava como resquícios feudais era justamente a forma específica com que se desenvolveu o capitalismo em nossas paragens, pela via do latifúndio, da escravização e da exportação de monoculturas. Também a suposta distinção entre uma burguesia comercial e uma burguesia nacional cai por terra quando analisamos que a sobrevivência de ambas no sistema de dominação social que engendram em nosso país, depende essencialmente de sua vinculação ao imperialismo e do acesso à tecnologia estrangeira. Historicamente, se desenvolveram sem o controle básico sobre a massa de mais-valia. Sem o domínio sobre a riqueza nacional, já que substancial parte do trabalho realizado internamente era exportado em bens primários e acumulado apenas marginalmente pelas classes dominantes locais, as mesmas escolheram aceitar a posição de sócio menor do imperialismo, se beneficiando dessa relação.

Segundo Marini (2012 [1974]), a “Dialética da Dependência”, como sugestão de uma explicação teórica global da dependência latino-americana, pôde ser desenvolvida a partir da materialidade histórica do desenvolvimento capitalista brasileiro, a qual foi soberana em evidenciar a morte mais que anunciada da Estratégia Nacional-Democrática capitaneada pelo PCB, que se desnudou em abril de 1964.

Em “Dialética do Desenvolvimento Capitalista no Brasil”, Marini (2012 [1969]) indica que “nenhuma explicação sobre um fenômeno político pode ser boa se o reduzir a apenas um de seus elementos, e é decididamente ruim se tomar como chave justamente um fator condicionante externo” (MARINI, 2012 [1969], p. 73), assim, em diálogo com as interpretações de boa parte da esquerda acerca do Golpe de 1964, analisa as contradições de classe que se processaram a partir da base material na conjuntura brasileira. Em sua contribuição, demarca especialmente o Estado Novo e o caracteriza como “Estado de compromisso”, por meio do qual a nascente burguesia industrial se estabiliza no poder, associada à velha oligarquia agrária, ao mesmo tempo em que se estabelece um esquema que também beneficia o proletariado, particularmente em virtude da legislação trabalhista promulgada no período. Em razão do contexto econômico mundial (crise de 1929 e conflito mundial), a partir de 1930 o setor industrial teve a seu dispor os capitais produzidos na

tas, que deben ser estudiadas en detalle para extraer de su visión panorámica un concepto amplio y nítido de la índole de la economía colonial.” (BAGU, 1949, p. 103 - grifo nosso). Para o autor o que aparentemente *parece ser contraposto*, é portanto complementar. Nesse sentido, é possível afirmar que na América Latina, “el régimen económico luso-hispánico del período colonial no es feudalismo. Es capitalismo colonial”. (BAGU, 1949, p. 142).

atividade exportadora, porém tal situação modificou-se a partir de 1950, quando o setor agroexportador já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionara em outros tempos. “Pelo contrário, muitas vezes se faz necessário que, mediante a formação de estoques generosamente pagos, o governo garanta os lucros dos plantadores e dos exportadores, estoques que, na verdade, correspondem à imobilização de recursos necessários para a atividade industrial”. (MARINI, 2012 [1969], p. 79)

Em tal contexto histórico o compromisso de 1937 se revelou um beco sem saída: à escassez de divisas que ameaçava colapsar todo o sistema industrial, somou-se a agudização da luta de classes, expressa nas lutas populares em torno da questão agrária, a qual além de estruturalmente obstaculizar a ampliação do mercado interno para os produtos industriais, abandonava os camponeses em situação de superexploração, miséria e desemprego. A estreita colaboração com o capital estrangeiro significou uma trégua nesse enredo: foi nesse momento que a burguesia industrial se aliou ao capital estrangeiro e – como se tratou de uma trégua, não de uma solução – foi a partir daí que se adensaram as contradições que levaram ao desfecho de 1964.

Percebe-se que, a definição da Estratégia Nacional-Democrática, como saída para a Revolução Brasileira, se baseou em uma interpretação teórico-política que entrou em contradição com a realidade mesma, ao pintar o setor latifundiário em franca oposição ao progresso industrial e caracterizar o imperialismo como inimigo externo. Segundo Marini (2012 [1969]):

A Revolução Brasileira é entendida, primeiramente, como o processo de modernização das estruturas econômicas do país, principalmente através da industrialização, processo esse que é acompanhado por uma tendência crescente à participação das massas na vida política. Identificada assim com o próprio desenvolvimento econômico, a Revolução Brasileira se iniciaria no movimento de 1930, tendo se estendido sem interrupção até o golpe de abril de 1964. Paralelamente, e na medida em que os fatores primários do subdesenvolvimento brasileiro são a vinculação ao imperialismo e a estrutura agrária – que muitos consideram semifeudal –, o conteúdo da Revolução Brasileira seria anti-imperialista e anti-feudal. Essas duas direções conduzem, assim, a um só resultado – a caracterização da Revolução Brasileira como uma revolução democrático-burguesa – e descansam sobre duas premissas básicas: a primeira consiste em situar o antagonismo nação-imperialismo como a contradição principal do processo brasileiro; a segunda, em admitir um dualismo estrutural nessa mesma sociedade, que oporia o setor pré-capitalista ao setor propriamente capitalista. Sua implicação mais importante é a ideia de uma frente única formada pelas classes interessadas no desenvolvimento, basicamente a burguesia e o proletariado, contra o

imperialismo e o latifúndio. (MARINI, 2012 [1969], p. 133-134 - grifo nosso)

Desse modo, Marini (2012) denuncia o erro da identificação da Revolução brasileira com o desenvolvimento do capitalismo, dizendo que se trata de uma falácia equivalente à da imagem de uma burguesia anti-imperialista e anti-feudal. Em sua análise, a particularidade da reprodução do capitalismo dependente no Brasil – baseado na superexploração da força de trabalho, na cisão nas esferas de consumo e no subimperialismo – não pode ser superada por meio de qualquer fórmula baseada em compromissos com alguns estratos burgueses, posto que tampouco tal forma de acumulação de capital – que expressa a agudização das contradições do modo de produção capitalista – pode se resolver nos marcos do próprio capitalismo.

A análise de Marini com os pormenores que desvendam a falácia da Estratégia Nacional-Democrática pode ser comparada ao primeiro bilhete que anunciava a morte de Santiago Nasar, o qual continha todos os detalhes da trama e não o encontrou. As seis da manhã do dia que iam mata-lo, no entanto, toda a gente já sabia, de modo que “nunca houve uma morte mais anunciada”. (MÁRQUEZ, 2006 [1981], p. 24).

Bem, talvez pudéssemos dizer que apesar de ser verdade esse bilhete, o mesmo não ecoou nas décadas seguintes em virtude do exílio imposto à TMD, após o golpe empresarial-militar de abril de 1964, o qual inaugurou um período de perseguições e tortura que encontrou esses militantes e intelectuais. O cerceamento do debate imposto pela hegemonia desenvolvimentista permeou o ambiente universitário inclusive após os anos de chumbo – período no qual o CEBRAP teve papel fundamental¹⁰ –, alcançando também a luta da classe trabalhadora, cuja vinculação orgânica com esse marco teórico-político ficou prejudicada.

Com o fim daquele ciclo histórico e a transição para a democracia, Marini (1992) vai falar de uma “crise teórica”, abordando o formalismo acadêmico e a pobreza teórica como

¹⁰ Sobre o tema, segue a contribuição de Rafael Seabra: “Ao contrário de outros países latino-americanos em que a teoria da dependência desenvolveu-se na forma de um intenso debate (caso do Chile e do México), no Brasil, a teoria da dependência ficou restrita à contribuição de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, principalmente de sua fórmula do 'desenvolvimento dependente associado'. Embora a obra tenha o mérito de ser uma das primeiras críticas ao desenvolvimentismo cepalino, sua difusão no Brasil não se deve exclusivamente a seus méritos. Mas à censura imposta pelo golpe Militar de 1964, que obrigou ao exílio vários dos intelectuais brasileiros que participaram diretamente do debate, ao mesmo tempo em que o Brasil foi apartado do enfoque latino-americanista que se desenvolvia nas ciências sociais da região nos anos 1960-70; o papel desempenhado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), sob a direção de Fernando Henrique Cardoso, em meados dos anos 1970, que, sem pudor, desqualificou as obras de outros autores sobre a dependência, como André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos; e, também, a recolonização da intelectualidade brasileira e latino-americana em meio à ofensiva neoliberal, criando um ambiente acadêmico incompatível com o debate sobre a teoria da dependência.” (SEABRA, 2013)

características da reflexão científica sobre a realidade latino-americana do período, retomando as principais correntes teóricas que formaram as ciências sociais latino-americanas desde a segunda metade do século XX e contrapondo-as à ideologia e política daquele momento:

De fato, depois da luta ideológica da segunda metade da década de setenta, em que os intelectuais da esquerda entraram divididos e em que intervieram os que respondiam ao comando da grande burguesia, o pensamento social latino-americano não conseguiu retomar a elaboração crítica e original que vinha realizando, o que tornou difícil a formulação de uma alternativa de esquerda às pressões exercidas contra os povos da região. (...) Por parte das forças progressistas, que buscam expressar as aspirações das grandes massas, o que se está verificando é o recurso ao nacional-desenvolvimentismo tradicional e a certas teses da teoria da dependência, o que – pela falta de um referencial dinâmico – tende a representar, às vezes, uma simples volta ao passado. (MARINI, 1992, p.99-100) (p. 99-100)

Esse quadro de “volta ao passado” se confirmaria na aurora do século XXI em boa parte da América Latina, com especial força no Brasil: refere-se às ilusões (novo) desenvolvimentistas, dessa vez sem reformas, como programática econômica expressa nos Planos de governo petistas¹¹, bem como ao caldo ídeo-político proveniente da realização da Estratégia Democrática Popular.

Desde o ano de 2019, já podemos dizer que os tais ventos progressistas anunciados na conjuntura latino-americana do início do século, a partir da vitória eleitoral de candidaturas de base programática democrático-popular, não tardaram em revelar seu limite político-estratégico, expresso na fragilidade do reformismo proposto. No Brasil, sob o manto da ideologia novo-desenvolvimentista, a tônica do referido período foi a tentativa de aliar o fortalecimento do capital, por meio da garantia da expansão dos lucros capitalistas em tempos de financeirização da economia, com algumas contraditórias conquistas sociais para a população, como garantia de renda mínima com condicionalidades, expansão focalizada da política de assistência social e da educação superior, com ampliação do acesso das camadas populares às universidades públicas e privadas.

Sabe-se que a implementação desse conjunto de medidas, pelos governos do Partido dos Trabalhadores (2002-2016), foi a forma possível de realização da Estratégia Democrática e Popular em nossa sociedade. Segundo Iasi (2019):

Nossa afirmação de que esta estratégia se realizou tem seu

¹¹ Texto nosso aborda particularmente esses primeiros planos. Cf. (ROCHA, 2012)

fundamento na constatação de que, por uma série de fatores que não cabe aqui avaliar, construiu uma correlação de forças que permitiu chegar ao governo federal em 2002. No entanto, as condições em que chega ao governo levou o PT a sacrificar o Programa Democrático Popular em nome da chamada governabilidade, de forma que se esperava continuar o acúmulo de forças agora no ponto estratégico do governo, ampliando as alianças, primeiro ao centro e depois à direita, rebaixando o programa para medidas que visavam atenuar as manifestações mais agudas da miséria absoluta ao mesmo tempo em que garantiam o patamar dos lucros dos segmentos monopolistas. A contradição fundamental seria, então, que uma estratégia que se fundava na constatação que não poderia haver alianças com a burguesia, agora só poderia se desenvolver se realizasse esta aliança através de um pacto social e um governo de conciliação de classes. (IASI, 2019)

Iasi (2019) fala em um pacto social e em um governo de conciliação de classe. De qual pacto social e de quais frações de classe se trata?

Aqui voltamos um pouco. Em nossa hipótese, o pacto de classes de 1937 a que se refere Marini (2012 [1969]) e anteriormente abordado, foi renovado com o Plano Real em 1994. Isso porque o marco dado pela Constituição Federal de 1988 não nos parece a expressão de um pacto de classes, mas das conquistas decorrente dos processo de luta organizada da classe trabalhadora, tal como já referenciado por Marx quando nas análises da processualidade política desencadeada com a Maquinaria na Inglaterra do Século XIX, advertiu que os direitos trabalhistas condensados na legislação fabril tratavam-se de *conquistas do trabalho sobre os direitos de exploração do capital* (MARX, 1984 [1867], p. 90).

Do mesmo modo, acreditamos que 1988 foi o desfecho necessário à conjuntura da luta política dos anos 1980 no Brasil, que a burguesia não tinha outra saída a não ser aceitar e tomar goela abaixo algumas demandas prementes dos trabalhadores – as quais se colocaram ali ao lado das demandas burguesas, formando a colcha de retalhos que traduz o produto final, como analisa Florestan Fernandes¹² – constituinte do Partido dos Trabalhadores, nessa época.

¹² A acomodação de demandas de grupos sociais divergentes conformou, segundo Florestan Fernandes, uma “colcha de retalhos”, com a qual não se podia ter ilusões: “Os processos legislativos adotados na Assembleia Nacional Constituinte (ANC), combinados à esmagadora maioria de constituintes pertencentes aos estratos mais conservadores das classes dominantes, reduziram o fogo criativo da ebulição. O centro moveu-se no sentido de apoio seletivo, em questões candentes apenas de forma moderada. A extrema direita e a direita compuseram uma muralha da China. Só cederam quando a alternativa era a de perder os anéis e os dedos, a derrota pura e simples. Entretanto, hostilizaram e baniram os avanços cruciais e deitaram demasiada água ao vinho, através das tacanhas fusões de emendas, o que encrava em nosso ‘avançado’ e ‘moderno’ labor constitucional conotações dúbia e tortuosas. A esquerda só logrou vitória ou conquistas relativas com o apoio do centro, aceitando castrações ou arranjos que põem a Constituição de 1988 à frente da de 1946 e na órbita do constitucionalismo moderno, contudo não responde ao essencial: às exigências prementes da nossa situação histórica. Assim, as debilidades da burguesia são o alfa e o ômega da Constituição. A nossa Constituição ficou datada para 1988, ao mesmo tempo que renova os privilégios, que deveriam estar mortos, dos donos do poder econômico, social e político.

Assim, o que efetivamente consolida o pacto e estabiliza a burguesia financeira no poder (em associação ao imperialismo) é o Plano Real em 1994. Mais do que um plano de estabilização econômica, podemos analisar que o Plano Real não se constituiu em uma estratégia isolada do desenvolvimento capitalista brasileiro, mas buscava equacionar a dinâmica da luta de classes interna – que aparecia como pressão da classe burguesa pelo aumento da inflação e das massas trabalhadoras pela diminuição do custo de vida – em articulação com um projeto de modernização da acumulação capitalista em escala mundial, que exigia ampla abertura comercial e financeira e reposicionamento do Estado – o qual acentuou seu já demarcado vínculo de classe e sua violência estrutural como características da ‘forma Estado’ no capitalismo dependente brasileiro de formação social escravista.

Não é objeto de nossa análise debatermos o neoliberalismo e sua particularidade na dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil, apenas importa demarcar que a brecha histórica que possibilitou a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao poder não responde apenas à escolha do Partido em rebaixar a radicalidade do programa original da Estratégia Democrática Popular, mas também às condições objetivas reais daquela conjuntura histórica e da dinâmica da luta de classes. Queremos dizer: a continuidade do programa de reformas neoliberais na economia e no Estado chegaram em um ponto avassalador na ordem social, cujas expressões máximas são os índices de desigualdade social, miséria e desemprego de amplas majorias no país, como saldo para nosso ingresso no século XXI. Em tal contexto, era necessário ampliar o consenso, e parte da burguesia se mostrou disponível a firmar a aliança com um governo de origem popular, tendo em vista a continuidade no sentido do ajustamento e consolidação do modelo neoliberal.

Já no governo, a opção pela governabilidade pelo alto, segundo Iasi (2017), se dá não como uma peça fora da Estratégia Democrática Popular, mas como um elemento plenamente coerente com seu desenho geral¹³. O projeto democrático deveria respeitar as regras do jogo e suas instituições, isto é, o ordenamento jurídico e político e também os fundamentos

Amarrou-se ao passado, quando se tornava imperativo abrir-se para o futuro, ser a Constituição do salto para o século XXI, da ruptura com uma ordem legal que solda o País às emanações ideológicas do capitalismo monopolista dependente e à recusa peremptória da revolução democrática. Poderíamos ter dado cem passos à frente. Ao contrário, avançamos cinquenta passos e recuamos vinte e cinco, *em um meio-a-meio que só pode ser plenamente satisfatório para a ilusão conservadora de que a História é determinada por via constitucional. Ora, não são as constituições, mas os seres humanos como classes, povos e nações que fazem a sua História*”. (FERNANDES, 1989, p. 286 - grifo nosso)

¹³ Importa ressaltar que o autor realiza profundo estudo do movimento do Partido e sua expressão nos seus encontros nacionais: “a presença dos grandes interesses do capital monopolista desde o primeiro governo do PT, em todos os segmentos essenciais (a grande indústria, bancos, agronegócio, comércio exportador/importador etc.) foi a marca do pacto social proposto no 12. Encontro Nacional do PT que preparava a vitória eleitoral de 2002, fundada na ampliação das alianças e no rebaixamento programático”. (IASI, 2017, p. 422)

econômicos da ordem burguesa, desde aqueles conjunturais como a garantia das chamadas medidas macroeconômicas (estabilidade orçamentária, política de superávit primários, manutenção de contratos, estabilidade monetária e fiscal etc.) até dimensões mais fundamentais, como a propriedade privada e a economia de mercado. Assim, se esperava que a burguesia não interromperia o processo político, tendo em vista “a manutenção das condições para o bom funcionamento da economia de mercado e das condições para o processo de acumulação capitalista, materializado na frase predileta do ex-presidente Lula: nunca os empresários ganharam tanto dinheiro como nos governos do PT. Os termos políticos do pacto são, portanto, os trabalhadores abrem mão de qualquer ruptura política revolucionária e as classes dominantes abrem mão do golpe” (IASI, 2017, p. 426).

No entanto, não foi bem assim que aconteceu. Conforme nos indica a análise de Marini (2012), acerca do ciclo histórico anterior, qualquer acordo na luta de classes interna no contexto do capitalismo dependente está sujeito aos movimentos da dinâmica da acumulação capitalista em caráter global. O compromisso político de 1937, por exemplo, foi possível pela peculiar conjuntura dada pela crise de 1929 no centro do sistema, que impactou sobre o mecanismo de importação-exportação do país, garantindo a base material da complementaridade antagônica, isto é, que o montante de divisas proveniente da agricultura pudesse financiar a indústria, a qual pôde se desenvolver pela especial conjuntura externa, conforme colocado anteriormente.

Obviamente que para fazer um paralelo com a conjuntura recente, necessitamos de mediações históricas e políticas que transcenderiam o objetivo desse texto. Vamos nos ater a apenas uma bem importante para nossa análise: o pacto de 1994 não se trata do desenvolvimento da indústria nacional e sua expressão no cenário político, mas da reconfiguração do bloco dominante e sua fração de classe hegemônica, com destaque para a consolidação dos grandes grupos econômicos financeiros, quais sejam: o capital financeiro internacional, os grandes grupos econômico-financeiros nacionais em associação subordinada com capitais estrangeiros, o capital produtivo multinacional e o capital agrário *pop-tech*-financeirizado.

Pois bem, o que temos em 2002 é em realidade um ajustamento do pacto original de 1994 (Plano Real) – após a crise cambial de 1999 e seus efeitos no tecido social, que demandaram ampliação do consenso para a consolidação do modelo neoliberal no país, ou melhor dizendo, para a consolidação da hegemonia rentista no bloco de poder dominante.

Assim, seguindo no país a tendência do momento da acumulação capitalista em seu processo de adensar a financeirização, o caminho do pseudo-novo-desenvolvimentismo

petista era fomentar um 'círculo virtuoso de consumo', por meio de medidas que de algum modo passavam pelo mercado financeiro, especialmente a expansão do crédito (para trabalhadores e empresários, incluindo investimento em outros países, com forte papel atribuído ao BNDES), as isenções fiscais e as políticas sociais financeirizadas (acesso a renda mínima e à moradia/financiamento imobiliário, por exemplo). É sabido que mundialmente essa política do crédito abundante – muito fomentada por Alan Greenspan, no comando do Banco Central norte-americano – entrou em colapso nos Estados Unidos em 2008, e no Brasil apresentou sinais de esgotamento em 2013.

Arriscaríamos dizer, que não parece ser coincidência que uma marca das manifestações que varreram o país em Junho de 2013 – as chamadas *Jornadas de Junho* – tenha sido um amontoado de vidraças de bancos destruídas: acreditamos que há uma relação direta entre a expansão do crédito à pessoa física, o endividamento das famílias que alcançou números exorbitantes e, contraditoriamente, o enredado estrutural que remete à piora das condições de vida dos extratos mais subalternos da classe trabalhadora no Brasil.

Em análise que realizamos no ano de 2013, a partir dos Planos Governamentais da Presidenta Dilma Rousseff, evidenciamos o império do “cidadão consumidor” e sua expressão concreta no endividamento familiar, e especialmente a manutenção, com agravamentos, da política estrutural de transferência da renda do trabalho ao capital e da economia brasileira aos bancos e instituições financeiras internacionais, e o obscurecimento dos antagonismos de classe e o controle ideológico das massas operados pela cidadania assim referenciada. (ROCHA, 2013)

O desfecho desse caminho já foi conhecido: o contraditório e insustentável pacto de classes ruiu, como evidenciou o processo que levou à interrupção do mandato presidencial da presidenta Dilma, em agosto de 2016, sob salvaguarda do Poder Judiciário, particularmente do Supremo Tribunal Federal (STF), essencial para garantir a cortina de legalidade ao que, em realidade, se tratou de um Golpe Institucional Parlamentar. Percebe-se que seguiram vivas as ilusões democrático-desenvolvimentistas, as quais voltaram a desembocar em um novo Golpe.

Não por acaso a retomada dos estudos em torno da TMD no Brasil, data do início do século, com particular ampliação do debate a partir dos acontecimentos de 2013, os quais evidenciaram a fragilidade do pacto político e a falência da ideologia novo-desenvolvimentista e da Estratégia Democrática Popular em curso na dialética da acumulação capitalista brasileira.

Prado e Castelo (2013) acreditam que o retorno dessa agenda teórico-política tem relação com a conjuntura político-econômica brasileira, particularmente com a ascensão das

teses pseudo-novo-desenvolvimentistas e os rumos do país após mais de 12 anos da governabilidade democrático-popular.

É notável o surgimento de uma nova geração de intelectuais ligados a esta corrente teórica. Uma nova geração que tem levado a cabo o desafio de resgatar e difundir as teses clássicas da TMD. E, mais importante que isso, tem buscado realizar, com base nela – isto é, inspirada pelas trajetórias militantes de seus fundadores e pela capacidade explicativa de suas categorias –, as necessárias ‘análises concretas de situações concretas’ da atual conjuntura, sem se limitar a exegese daqueles autores, que atualmente vivem seu ‘segundo retorno’ no cenário político-intelectual brasileiro. (PRADO; CASTELO, 2013)

Os autores fazem um mapa bibliográfico sobre a TMD no Brasil contemporâneo e afirmam ser possível perceber que existe um movimento contra-hegemônico tensionando o bloqueio prévio que houve em relação a esse corpo teórico no país. Esperamos que nossa análise tenha contribuído nessa direção e insistimos que recuperar esse arcabouço teórico-político é importante, todavia, a partir do marco que lhe deu origem, visando não renegar a significação política das categorias nem reduzir tudo ao mero debate acadêmico. Também, é fundamental atentar para a ortodoxia do método, considerando que nas formulações originais da Teoria Marxista da Dependência não constam todas as respostas aos cenários atuais, apenas algumas pistas e uma agenda de investigação que pode ser útil para desatar os nós das contradições contemporâneas

Conclusão

“A fatalidade nos faz invisíveis”

[Gabriel Garcia Márquez]

As ilusões democrático-desenvolvimentistas, presentes no bojo da Estratégia Nacional-Democrática e desveladas pela TMD, podem ser entendidas como um fantasma que voltou a se apresentar na forma da Estratégia Democrática Popular. Aí, da mesma forma que a tia de Nasar, quando soube que lhe matariam o sobrinho diz que *“foi como se já soubesse (...), foi a mesma cena de sempre, uma pessoa começa a contar-lhe uma coisa e antes de chegar a metade da história já ela sabe como termina”* (MÁRQUEZ, 2006 [1981], p. 11); assim também acreditamos que as contribuições da TMD nos ajudam a compreender os limites das alianças e do reformismo proposto e de que forma termina: da primeira vez em um Golpe empresarial militar, e dessa vez em um Golpe institucional parlamentar.

Anteriormente abordamos a análise de Marini (1992) acerca da “crise teórica”, quando criticou a tendência que já se desenhava no início dos anos 1990, do retorno a certas ilusões desenvolvimentistas e algumas teses dependentista, em sua análise supracitada, por falta de um referencial teórico dinâmico. Aí exemplifica abordando a revitalização do peronismo e da ideologia cardenista, e também o Partido dos Trabalhadores no Brasil, os quais *não se mostram capazes de revolucionar o cenário ideológico-político da região*. Para o autor, na origem desse fenômeno já era possível de identificar a falência do pensamento de esquerda e sua *incapacidade de oferecer a base teórica adequada ao momento que vivem os povos da América Latina*.

Reverter essa situação é tarefa hoje prioritária. Para isso, é necessário retomar o fio do pensamento crítico de esquerda naquele ponto em que ele alcançou o seu nível mais alto e que corresponde à teoria da dependência. Impõe-se, de fato, um empenho na construção de uma teoria marxista da dependência, recuperando sua primeira floração dos anos vinte e a que se registrou a partir de meados dos sessenta. A partir de então, o marxismo se desenvolveu entre nós de maneira extraordinária, estabelecendo caminhos férteis para a aplicação da teoria à realidade que vivemos e produzindo sobre esta grande quantidade de conhecimento e informação. Retomar o fio da teoria da dependência como ponto de partida significa encontrar o melhor do pensamento de esquerda, mas não supõe de modo algum que ele seja resposta suficiente à atual problemática. Pelo contrário, faz-se necessário assumi-la de modo criador, isto é, submetendo-a a uma revisão radical. (MARINI, 1992, p. 100-101)

No cenário aberto a partir do Golpe Institucional Parlamentar ocorrido na conjuntura contemporânea, no qual os limites da democracia e do desenvolvimento se revelaram evidentes, urge a necessidade de recuperação dos clássicos latino-americanos e particularmente da TMD – processo que já se observa nos últimos anos, conforme referenciamos a partir do estudo de Prado e Castelo (2013), e que pode contribuir para novas reflexões.

Tal pauta é urgente, especialmente, no horizonte da vitória do ultraliberalismo como projeto econômico, político e cultural nas eleições de 2018, com a chegada ao poder de Jair Bolsonaro, ciclo histórico cuja tendência é o aprofundamento das contradições do capitalismo dependente e da barbárie social. Nesse quadro, é preciso retomar uma agenda que reivindique uma saída capaz de alterar o quadro estrutural da região – a qual deverá, necessariamente, romper com a dependência e, obviamente, com o capitalismo.

Sobre o tema, Ouriques (2014) afirma que o sistema político vigente e a teoria econômica mostram sua clara limitação para atender as grandes exigências da sociedade. Para ele

nem a democracia restringida e nem a ideologia desenvolvimentista pode limitar o avanço deste programa de pesquisa que não somente recupera antigas contribuições teóricas fundamentais para explicar o desenvolvimento capitalista no Brasil, mas amplia novos temas de estudo apenas sugeridos na década de sessenta e setenta. "Ao contrário, é precisamente pelas restrições que o regime político democrático liberal adquire entre nós e sua íntima relação com a reprodução ampliada da dependência que os estudos sobre a teoria marxista da dependência retomam vitalidade teórica e ganham visibilidade social" (OURIQUES, 2014, p. 16).

Pois é justamente pelo desenvolvimento e pela democracia que remetem ao reformismo capitalista e à colaboração de classes, que encontramos o elo das duas estratégias. "Foi como se tivéssemos voltado a matá-lo depois de morto", disse o antigo pároco do vilarejo acerca da morte anunciada de Nasar (MÁRQUEZ, 2006 [1981], p. 34). Do mesmo modo, insistimos que a crítica da TMD à estratégia democrática anterior (nacional) não apenas informou à *nova* estratégia democrática (popular), como também nos mostrou um caminho teórico político: pela ortodoxia do método de análise da realidade concreta e pelo necessário radicalismo – socialista e revolucionário, evidentemente comandado pela massa superexplorada: trabalhadores do campo e da cidade, particularmente negros, pobres e periféricos.

Referências

ARANTES, P. E. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ARICÓ, J. Marx y América Latina. **Nueva Sociad**, n. n. 66 [mayo-junio/1983], p. p. 47-58, 1983.

BAGU, S. **Economia de la sociedad colonial. Ensayo de historia comparada de America Latina**. Buenos Aires: Libreria "El Ateneo" Editorial, 1949.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012 [1970].

BICHIR. **A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência**. 2012. ((Dissertação - Mestrado em Ciência Política)). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas-SP.

CHILCOTE, R. **Partido Comunista Brasileiro - Conflito e integração 1922-1972**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.

DAL ROSSO, S.; SEABRA, R. L. A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília. **Sociedade e Estado [online]**, v. 31, n. Especial, 2016.

DOS SANTOS, T. **Teoria da dependência - balanços e perspectivas.** . Florianópolis: Insular (Reedição ampliada e atualizada), 2015 [2000].

FERNANDES, F. **A Constituição inacabada: vias históricas e significado político.** 1989.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 5. ed. São Paulo: Global, 2008 [1968].

_____. Sobre "A Revolução Brasileira". In: FERNANDES, F. (Ed.). **Brasil em compasso de espera: Pequenos escritos políticos.** . Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011 [1968].

_____. Reflexões sobre o presente. In: FERNANDES, F. (Ed.). **Brasil em compasso de espera: pequenos escritos políticos.** Rio de Janeiro Editora da UFRJ, 2011 [1979].

IASI, M. O fim do ciclo petista e o esgotamento da estratégia democrática popular [Posfácio]. In: IASI, M. (Ed.). **Política Estado e Ideologia na trama conjuntural.** São Paulo: ICP, 2017.

_____. A crise de uma estratégia **Coluna Mauro Iasi - Contrapoder.** 22 set. 2019. Disponível em <<https://medium.com/@Contrapoderbr/a-crise-de-uma-estrategia-coluna-mauro-iasi-85f237807687>> Acesso em 28 set. 2019., 2019.

LEAL, L. P. **História da POLOP. A alternativa marxista ao reformismo na esquerda brasileira.** Pará de Minas-MG: Editora Virtualbooks, 2013 [1992].

MARINI, R. M. **América Latina. Dependência e integração.** . São Paulo: Página Aberta, 1992.

_____. Memória: por Ruy Mauro Marini. In: TRASPADINI, R. e STEDILE, J. P. O. (Ed.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1990].

_____. **Subdesenvolvimento e revolução.** 4a. edição. Florianópolis: Editora Insular, 2012 [1969]. 270 pages ISBN 9788574745985 (pbk.) 8574745987 (pbk.).

_____. Prefácio da quinta edição. In: MARINI, R. M. (Ed.). **Subdesenvolvimento e Revolução.** Florianópolis: Insular, 2012 [1974].

MARQUES, M. G. **Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular.** Curitiba-PR: Editora Prismas, 2015.

MÁRQUEZ, G. G. **Crônica de uma morte anunciada.** São Paulo: Record, 2006 [1981].

MARTINS, C. et al. A 'estratégia democrática e popular e um inventário da esquerda revolucionária. **Marx e o Marxismo [Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Marx e Marxismo - NIEP Marx]**, v. v. 02, n. n. 03, ago-dez, 2014 - Niterói-RJ, Universidade Federal Fluminense, p. p. 357-381, 2014.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política. O processo de produção do capital (vol 1; tomos 1 e 2)** São Paulo: Abril Cultural 1984 [1867].

MATTOS, M. B. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: REIS FILHO, D. A. e RIDENTI, M. O. (Ed.). **História do marxismo no Brasil** Campinas-SP: Unicamp, v. Volume V [Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60], 2002.

OURIQUES, N. **O colapso do figurino francês**. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

PCB. Declaração sobre a política do PCB. **Fundação Dinarco Reis**, Acesso em: 12 set. 2017 1958. Disponível em: <
https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=5:declaracao-sobre-a-politica-do-pcb-marco-de-1958&catid=3:temas-em-debate >.

PRADO, F. C.; CASTELO, R. O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo. **Revista Pensata**, v. v. 3, n. n. 01, 2013.

PRADO JR., C. **A Revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004 [1966].

ROCHA, M. O mito do desenvolvimento socioeconômico do Brasil no século XXI: análise a partir dos planos governamentais da Era Lula. **Temporalis**, n. num. 24 [jul/dez-2012], p. p. 325-351, 2012.

_____. **O desenvolvimento merece crédito? O cidadão-consumidor requerido no novo-desenvolvimentismo tupiniquim do governo Rouseff: Análise a partir da Teoria Marxista da Dependência**. Marxismo latino-americano e a crítica da economia política (novo)desenvolvimentista [NIEP/MARX]. Niterói-RJ 2013.

SEABRA, R. L. O capitalismo dependente latino-americano 40 anos depois. **Sociedade e Estado [online]**, v. vol. 28, n. num. 02, 2013.